



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29/01/2018
(Contém folhas)

ATA Nº 03

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:

Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereadores:		



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 29/01/2018

ATA Nº 3

----- Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezoito, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor Jorge Alves Custódio, na qualidade de Vice-Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparência do Senhor Presidente José Alberto Pacheco Brito Dias, por motivo de compromisso autárquico em Bruxelas - Bélgica, no âmbito da CIM - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. -----

----- A ata da reunião ordinária realizada no dia 08 de janeiro de 2018 foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

1.1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR VICE-PRESIDENTE

----- O Senhor Vice-Presidente informou o restante Executivo, que vão dar início às ações de esclarecimento em cada Freguesia do Concelho, sobre as Medidas de Apoio Pós Incêndios, a saber: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- - BUPi - Balcão Único do Prédio (registo gratuito de propriedades); -----
- - Faixas de gestão de combustível em aglomerados populacionais, edifícios inseridos em espaço rural e faixas rodoviárias; -----
- - Apoios à reconstrução de habitações; -----
- - Reflorestação. -----
- Mais informou que irá ainda decorrer uma sessão do mesmo teor em Lisboa, no dia 17 de Fevereiro às 21h00, em local a definir. -----
- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

1.1.2 - Comissão de Melhoramentos de Vale de Pereiras - Convite

- Foi presente um Convite da Comissão de Melhoramentos de Vale de Pereiras, para um almoço-convívio da Páscoa, a realizar naquela localidade no dia 31 de março, do corrente ano. -----
- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - CÂMARA MUNICIPAL

2.1.1 - FAM - Fundo de Apoio Municipal - Concessão de apoios financeiros aos municípios afetados pelos incêndios florestais ocorridos em 2017.

- Foi presente um ofício-Circular do FAM - Fundo de Apoio Municipal, a comunicar que, a Lei do Orçamento do Estado para 2018, aprovada pela Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro, prevê no artigo 154º, um mecanismo de apoio à reconstrução de habitações não permanentes afetadas pelos incêndios ou outras circunstâncias excecionais. Neste âmbito, compete ao Fundo de Apoio Municipal, autorizar a concessão e empréstimos aos municípios abrangidos pelas Resoluções do Conselho de Ministros nos 101-B/2017, de 12 de julho, e 148/2017, de 2 de outubro, destinados ao apoio da recuperação das habitações não permanentes. -----
- Estando atualmente a ser ultimada a regulamentação destinada à implementação do mecanismo de apoio em causa, vem o FAM, por este meio, disponibilizar-se, para a prestação de qualquer esclarecimentos que se considerem necessários, com vista à preparação de eventual pedido de empréstimo, bem como à sua avaliação prévia. -----
- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.1.2 - ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses - Defesa da Floresta Contra Incêndios - Redes Secundárias de Faixas de Gestão de Combustível - Posição da ANMP.

----- Foi presente a Circular nº 11/2018-PB da ANMP, a comunicar que o Concelho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) analisou a problemática decorrente do regime excecional das redes secundárias de faixas de gestão de combustível (artigo 153º da Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro), tendo aprovado uma tomada de posição sobre “ Defesa da Floresta Contra Incêndios - Redes Secundárias de Faixas de Gestão de Combustível”, que remetem para conhecimento. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.1.3 - Protocolo de Interconexão de Informação de Identificação da Estrutura Fundiária e da Titularidade dos Prédios Urbanos, Rústicos e Mistos no Âmbito do Sistema de Informação Cadastral Simplificada e Balcão Único do Prédio.

----- Foi presente o Protocolo supra mencionado, celebrado entre: Instituto dos Registos e do Notariado, I.P.; Autoridade Tributária e Aduaneira; Direção-Geral do Território; Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P; Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P; Município de Alfândega da Fé; Município de Caminha; Município de Castanheira de Pera; Município de Figueiró dos Vinhos; Município de Góis; Município de Pampilhosa da Serra; Município de Pedrógão Grande; Município de Penela; Município de Proença-A-Nova; Município da Sertã; Agência para a Modernização Administrativa, I.P e Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P. O referido Protocolo tem por objeto e finalidade, regular a partilha pelas entidades outorgantes da informação relevante de caracterização e identificação dos prédios rústicos e mistos e dos seus titulares, e de caracterização do território nacional, para efeitos de identificação dos prédios, sua localização geográfica e supressão de omissão no registo predial e demais efeitos de identificação dos prédios, entendendo-se como tal a utilização da referida informação para a prossecução das atribuições, neste âmbito, pelas entidades outorgantes. Regula ainda o acesso, a comunicação e o tratamento de dados pessoais entre as mesmas entidades, nos termos e para os efeitos previstos na Lei nº 78/2017, de 17 de agosto. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade ratificar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.1.4 - Câmara Municipal de Oeiras - Projeto Solidário aos Municípios com Área Ardida

----- Foi presente um ofício da Câmara Municipal de Oeiras, com a referência SAI-CMO/2017/25746, datado de 29-12-2017, a informar que, o Município de Oeiras irá implementar um Projeto Solidário e inovador para com os Municípios que foram mais afetados pelos incêndios, orçado em 467,400 euros para aquisição dos ortofotomapas e criação de uma plataforma informática para os 30 municípios identificados; Lousã, Mortágua, Gavião, Vagos, Tondela, Freixo de Espada à Cinta, Penacova, Nelas, Oleiros, Santa Comba Dão, Carregal do Sal, Castelo de Paiva, Vila de Rei, Mangualde, Tábua, Sertão, Vila Nova de Poiares, Seia, Gouveia, Góis, Castanheira de Pêra, Marinha Grande, Vouzela, Mira, Arganil, Pampilhosa da Serra, Figueiró dos Vinhos, Mação, Oliveira do Hospital e Pedrógão Grande. -----

----- Mais refere que, Oeiras tem liderado, desde há cerca de 30 anos, a utilização de ferramentas tecnológicas dos sistemas de informação geográfica para o ordenamento do território e seu planeamento estratégico, pelo que vem oferecer os instrumentos essenciais de gestão do ordenamento do território e seu planeamento, aos municípios portugueses mais afetados pelos incêndios de 2017, e que esta ajuda irá contribuir para um melhor conhecimento do território, e consequentemente numa ajuda preciosa na preservação de vidas e território, com especial incidência na ocorrência de calamidades. -

----- A Câmara Municipal congratulou-se com o teor do ofício, e deliberou por unanimidade manifestar à Câmara Municipal de Oeiras um voto de agradecimento pela iniciativa que presidiu ao presente Projeto Solidário. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO FINANCEIRA

3.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

3.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 26 de janeiro de 2018, que apresenta os seguintes valores/total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.818.357,88 € (um milhão oitocentos e dezoito mil trezentos e cinquenta e sete euros e oitenta e oito cêntimos); -----

----- De operações não orçamentais: 196.057,59 € (cento e noventa e seis mil e cinquenta



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

e sete euros e cinquenta e nove cêntimos), num total de 2.024.551,20 € (dois milhões vinte e quatro mil quinhentos e cinquenta e um euros e vinte cêntimos). -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.1.2 - ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto - Acordo de Parceria 2018

----- Foi presente uma informação do Serviço de Contabilidade, do seguinte teor: -----

----- *“Entre o Município de Pampilhosa da Serra e ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, foi celebrado um acordo de parceria em 15 de setembro de 2008. -----*

----- *Considerando que as Entidades mantêm os termos e condições previstas no citado acordo, cabendo ao Município o valor de 640,00 €/mês, para financiamento dos recursos humanos e materiais a disponibilizar pela ADXTUR aos parceiros, informa-se que é necessário dar cumprimento à Cláusula Quarta do referido Acordo de Colaboração para o ano de 2018. Em anexo segue comprovativo dos Fundos Disponíveis”. -----*

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.3 - Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento - Transferência de verbas para 2018

----- Foi presente uma informação do Serviço de Contabilidade, do seguinte teor: -----

----- *“O Município de Pampilhosa da Serra é associada da Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento. No ano de 2017 transferiu para a Associação 500,00 €/mês para fazer face às despesas que lhe pertencem nos encargos com a referida Associação. -----*

----- *Para proceder à transferência do mesmo valor no ano de 2018, é necessário deliberação do Executivo Camarário. Em anexo, segue comprovativo dos Fundos Disponíveis.” -----*

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.4 - ADESA - Associação de Desenvolvimento da Serra do Açor - Transferência de verbas para 2018



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- Foi presente uma informação do Serviço de Contabilidade, do seguinte teor: -----
- " O Município de Pampilhosa da Serra é associado da ADESA - Associação de Desenvolvimento da Serra do Açor. No ano de 2017 transferiu para a ADESA o valor de 4.000,00 €/mês, respeitante à quota-parte da responsabilidade da Autarquia para fazer face aos encargos financeiros da Associação. -----
- Para proceder à transferência do mesmo valor do ano 2018, é necessária deliberação de Câmara. Segue em anexo comprovativo dos Fundos Disponíveis." -----
- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

4.1 - TAXAS E LICENÇAS

4.1.1 - Grupo Cultural e Recreativo de Pampilhosa da Serra - "Corso de Carnaval 2018" - Pedido de isenção de taxas - Provas desportivas

- Foi presente um requerimento do Grupo Cultural e Recreativo de Pampilhosa da Serra, a solicitar isenção de taxas à emissão de Licença - Provas Desportivas, para realização do evento "Corso de Carnaval 2018", no dia 11-02-2018.-----
- Relativamente ao solicitado, foi presente uma informação dos Serviços de Taxas e Licenças, a emitir parecer, tendo por base o Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra e a apresentar o valor das Taxas a Isentar: -----
- - Taxa pela apreciação de pedido para a emissão de Licença - 36,03 €; -----
- - Licença de Provas Desportivas - 11,12 €; -----
- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade isentar. -----
- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.2 - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra - Pedido de isenção de taxas para festa ocasional, a realizar no dia 10-02-2018 - Licença Especial de Ruído.



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente um requerimento da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, a solicitar isenção de taxas devidas pela emissão de Licença Especial de Ruído, para festa ocasional a realizar no dia 10-02-2018. -----

----- Relativamente ao solicitado, foi presente uma informação dos Serviços de Taxas e Licenças, a emitir parecer, tendo por base o Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra e a apresentar o valor das Taxas a Isentar: -----

----- - Apreciação de pedido para a emissão de Licença - 41.17 €; -----

----- - Emissão de Licença - 11,28 €; -----

----- - Total 52.45 €. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade isentar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.3 – Seguro de Acidentes Pessoais – Autarcas

----- Foi presente uma informação dos Serviços Taxas e Licenças, do seguinte teor: -----

----- “No seguimento das Eleições Autárquicas havidas no passado dia 01 de outubro de 2017 existe a necessidade de proceder a cobertura dos Eleitos Locais de acordo com o estipulado no artº 17º da Lei nº 29/87 de 30 de junho. -----

----- O risco de acidentes pessoais dos membros dos órgãos autárquicos do Município de Pampilhosa da Serra encontra-se atualmente na Companhia de Seguros Fidelidade, através da apólice de acidentes pessoais de grupo com o nº AG63209552, que vence a 12/06/2018 a qual garante os seguintes conforme documento anexo. -----

----- No nº 1 do artigo 17º da referida Lei é mencionado que o valor é definido e fixado por deliberação do respetivo órgão. -----

----- No nº 2 do artigo 17º da Lei nº 29/87 de 30 de junho, regula que no caso dos membros do órgão executivo em regime de permanência o valor do seguro não pode ser inferior a 50 vezes a respetiva remuneração mensal. -----

----- Face ao exposto, deverão ser fixados capitais de cobertura do seguro para os diversos membros e dos órgãos do município. -----

----- Contudo, e uma vez não ter havido alteração significativa nas remunerações, proponho dar continuidade ao atual seguro, devendo apenas ser feito o averbamento dos novos membros. -----

----- No que ao Seguro de Acidentes Pessoais dos membros da Assembleia Municipal diz respeito, a fixação dos montantes carece de aprovação do Órgão deliberativo, de acordo com o disposto no nº 1, do artigo 17º, da Lei nº 29/87 de 30 de junho – Estatuto dos Eleitos Locais, pelo que, submete-se à aprovação da Assembleia Municipal o seguinte: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Pessoas Seguras	Funeral	MIP (morte/invalidez permanente)	IT (Incapacidade temporária)	DT (Despesas de tratamento)
Membros da Assembleia Municipal	15.000,00 €	100.000,00 €	50,00€	25.000,00 €

----- Em anexo, Lei nº 29/87 de 30 de junho e Condições Particulares do seguro atual em vigor.
 ----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal o que lhe compete. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2 - SERVIÇOS JURÍDICOS

4.2.1 - Pedido de Renovação do Contrato de Arrendamento da Fração A, do I Pavilhão, sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias, Freguesia e Concelho de Pampilhosa da Serra.

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Na sequência do requerimento com Registo de entrada nº 1327, datado de 23/01/2018, subscrito pelo Sr. Carlos Alberto Fernandes Carlota, sócio gerente e legal representante da sociedade por quotas “TÁXI SIMÕES & CARLOTA, LDA”, arrendatária da fração A, do I Pavilhão, da Zona Industrial do Alto das Aldeias, em que solicita a esta Autarquia a renovação do contrato de arrendamento daquela fração, celebrado em 1 de agosto de 2008, por mais um ano, cumpre informar que dispõe a Cláusula Terceira do contrato em questão: -----

“Cláusula Terceira

Duração do Arrendamento

----- O arrendamento tem início na data de assinatura do presente Contrato, sendo feita pelo período de cinco anos, renovável a requerimento do SEGUNDO OUTORGANTE, com uma antecedência mínima de seis meses, relativamente ao termo do prazo inicial ou dos prazos de renovação, e com o acordo do Município de Pampilhosa da Serra, por períodos sucessivos de um ano, até ao limite máximo total de vinte anos”. -----

----- Informo ainda que, a última renda paga pela arrendatária corresponde ao mês de novembro de 2017, o pagamento correspondente ao mês de dezembro de 2017, será efetuado em janeiro de 2018, tendo em conta que a arrendatária tem um mês de renda em atraso. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Mais informo que, o prazo de validade do prémio de seguro da arrendatária em questão termina em 12/05/2018. -----

----- Pelo que, a arrendatária cumpriu o prazo de antecedência mínima prevista contratualmente, podendo a Câmara Municipal, querendo, anuir a renovação do arrendamento por mais um ano, a contar de 1 de agosto de 2018. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2.2 - Suspensão da eficácia da Cláusula Décima Sétima (Cláusula Penal), dos Documentos que estabelecem as Normas de Utilização e Arrendamento das Frações que constituem o I e II Pavilhão sítos na Zona Industrial do Alto das Aldeias.

----- Foi presente uma proposta do Sr. Vice-Presidente, Jorge Custódio, do seguinte teor: -----

----- "Considerando os incêndios florestais que assolaram grande parte dos concelhos a nível nacional, no período de 17/06/2017 e 15/10/2017, causando enormes prejuízos, em que afetaram com particular severidade concelhos com atividade débil, e com fraca capacidade de atração de investimento, pelo que os seus efeitos assumem impactos sociais e económicos significativos na capacidade produtiva das empresas. -----

----- Tendo em conta que o concelho de Pampilhosa da Serra, não foi exceção, foi um dos concelhos onde os incêndios florestais ocorridos em 17/06/2017 e 15/10/2017, tiveram um enorme impacto na quantidade de área ardida da floresta, explorações agrícolas, graves prejuízos para as populações, destruição de bens e destruição de muitos prédios urbanos de primeira e segunda habitação e por conseguinte, as empresas laborais perderam ainda mais a sua capacidade produtiva. -----

----- Atendendo a que, ao nível económico-financeiro o concelho de Pampilhosa da Serra, devido à deflagração dos incêndios florestais, ficou mais pobre, quanto à sustentabilidade da criação de riqueza, bem como a nível social, é importante incentivar e apoiar as empresas do concelho, para manterem os postos de trabalho criados e permitir que, as mesmas criem mais postos de trabalho, para que a população residente no concelho se mantenha e não se intensifique ainda mais, a elevada taxa de desertificação. -----

----- Atenta a realidade sócio económica do concelho, em que a situação financeira das empresas em laboração não melhorou, não permitiu a contratação de novos postos de trabalho e, por vezes levou à dispensa de outros, proponho que à semelhança do que foi deliberado em anos



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

anteriores, se mantenha a suspensão da eficácia da Cláusula 17ª (Cláusula Penal), do Documento que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento das Frações que constituem o I Pavilhão sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias e, consequentemente se suspenda a aplicação da mesma aos contratos de arrendamento celebrados ao abrigo daquele Documento, com efeitos retroativos de 1 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018. -----

---- Pelos mesmos motivos, proponho ainda, a suspensão da eficácia da Cláusula 17ª, (Cláusula Penal) do Documento que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento das Frações que constituem o II Pavilhão, sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias e consequentemente, se suspenda a aplicação da mesma aos contratos de arrendamento celebrados ao abrigo daquele Documento, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018. -----

----- Referindo a dita Cláusula Décima Sétima que: -----

----- “ 1 – Seis meses após a celebração dos respetivos contratos de arrendamento, a Câmara Municipal solicitará aos arrendatários cópias dos contratos de trabalho entretanto celebrados com novos trabalhadores, a fim de, verificar o cumprimento da candidatura apresentada, no que à criação de novos postos de trabalho respeita.” -----

----- 2 – O não cumprimento do disposto na candidatura, relativamente aos postos de trabalho propostos, para efeitos dos números 1 e 2 da Cláusula Décima Quarta, implicará a aplicação de uma penalização em função dos postos de trabalho não efetivamente criados e constantes da candidatura, tendo em conta o seguinte: -----

----- 2.1 – Por um posto de trabalho não efetivamente criado – aplicação de penalização mensal de 50% sobre o valor inicial da renda mensal. -----

----- 2.2 – Por dois postos de trabalho não efetivamente criados – aplicação de penalização mensal de 60% sobre o resultado do valor referido em 2.1. -----

----- 2.3 – Por três ou mais postos de trabalho não efetivamente criados – aplicação de penalização mensal de 100% sobre o resultado do valor referido em 2.2. -----

----- 3 – A aplicação das penalizações referidas no nº anterior cessa assim que se verifique o cumprimento do disposto na candidatura, relativamente aos postos de trabalho propostos, devendo os arrendatários remeter à Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra cópias dos contratos de trabalho entretanto celebrados com novos trabalhadores. -----

----- Para verificação do cumprimento e manutenção da proposta de candidatura, a Câmara Municipal poderá solicitar aos arrendatários, a todo o tempo, quaisquer elementos comprovativos da manutenção da situação jurídico-laboral em causa”. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

4.2.3 – Manifestação de vontade por parte de D. Maria do Céu Almeida Martins Nunes em efetuar a doação de doze prédios rústicos e dois urbanos, todos sítios na zona de Decabelos, Freguesia e Concelho de Pampilhosa da Serra.

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “Considerando o teor do ofício remetido pela D. Maria do Céu Almeida Martins Nunes, com registo de entrada nº 186 de 04/01/2018, manifestando vontade em efetuar a Doação ao Município de Pampilhosa da Serra, dos artigos rústicos nºs 23546, 23684, 23691, 23694, 23821, 23958, 25491, 25500, 25898, 25917, 26146, ½ do 10403, bem como o prédio urbano nº 3650 e ½ do prédio urbano inscrito sob o nº 906, todos da freguesia de Pampilhosa da Serra, serve a presente para informar que os referidos prédios se situam todos na Zona de Decabelos, não são todos contíguos, para além de que, o artigo rústico inscrito sob o nº 10403 e o urbano inscrito sob o nº 906, estão inscritos da proporção de ½ em nome da requerente e a restante ½ em nome de Fernando da Costa Dias. -----

----- Neste sentido, anexam-se as cadernetas prediais dos prédios em causa, a fim de ser decidido se a aceitação de tal Doação traz algum benefício para a prossecução dos fins do Município. -----

----- Tendo em conta o Disposto na alínea j) do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, atenta a sua atual redação, é competência da Câmara Municipal: “aceitar doações, legados e heranças a benefício do inventário”, assim, sugere-se que a tomada de decisão seja efetuada pelo Executivo. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade não aceitar a doação. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

5.1 – TURISMO

5.1.1 – Participação na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa - 2018

----- Foi presente uma informação do Serviço de Turismo, do seguinte teor: -----

----- “Estando o território de Pampilhosa da Serra debilitado em termos de imagem turística, devido aos incêndios de outubro de 2017; Considerando que o município está a exercer todos os esforços para colmatar a tendência em baixa do turismo em Pampilhosa da Serra; O Gabinete de Turismo propõe o seguimento da estratégia de marketing territorial em curso.-----

----- Mais informamos da relevância de promover o território e os seus recursos endógenos, o artesanato, a gastronomia, as aldeias do xisto, as praias fluviais, a rede de percursos pedestres,



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

BTT e outras vertentes, direta ou indiretamente ligadas ao turismo, em articulação com agentes turísticos privados a operar no concelho. -----

----- Assim propomos: -----

----- A participação do Município de Pampilhosa da Serra na Bolsa de Turismo de Lisboa - 2018. -----

----- Relativamente ao stand, informamos os valores de custo: -----

----- - Stand de 4 frentes, 108 m²; -----

----- O valor da participação é de 11.909,59 €, IVA à taxa de 23%, totalizando a importância de 14.648,80 €. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

7 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA

7.1 - DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

7.1.1 - Associação de Escolas Amato Lusitano de Castelo Branco - Pedido de dois estágios curriculares no âmbito do Curso Profissional de Técnico de Mecatrónica.

----- Foi presente uma informação da Divisão Sociocultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- "No seguimento do pedido efetuado pela Associação de Escolas Amato Lusitano, de Castelo Branco, para realização de dois estágios curriculares (formação em contexto de trabalho) no Município de Pampilhosa da Serra, cumpre-me informar o seguinte: -----

----- 1 - Os alunos propostos para estágio são oriundos do concelho de Pampilhosa da Serra: João Pedro Martins e Rodrigo Almeida; -----

----- 2 - Os alunos frequentam o 11º ano do Curso Profissional de Técnico de Mecatrónica; -----

----- 3 - O período de realização dos estágios, num total de 240 horas, tem início previsto para 18 de maio de 2018 e final para 30 de junho de 2018; -----

----- 4 - Os alunos ficarão sujeitos ao cumprimento das diretrizes e horários estabelecidos pelo Município; -----

----- 5 - Os estágios não envolvem quaisquer encargos económicos para o Município, nomeadamente ao nível de remunerações, deslocações, alimentação e seguros (os alunos estão



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

abrangidos pelo Seguro Escolar); -----

----- 6 – O local proposto para a realização dos referidos estágios é a Oficina Municipal e o tutor/monitor sugerido para orientação dos estagiários o Senhor Encarregado Geral António Dias.

----- Face ao exposto coloca-se à consideração superior a realização no Município dos estágios propostos.”-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7.1.2 – Pedido de Cedência Gratuita do Pavilhão Municipal pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra.

----- Foi presente uma informação da Divisão Sociocultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- “Na sequência do pedido efetuado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, para cedência gratuita do Pavilhão Gimnodesportivo Municipal, todas as quartas-feiras, das 20h00 às 22h00, a fim de fomentar a prática desportiva essencial para o bom desempenho das funções dos bombeiros, e atento o artigo 9º do “Regulamento de Utilização do Pavilhão Desportivo Municipal de Pampilhosa da Serra”, cumpre-me informar que o horário solicitado está disponível para as datas indicadas. -----

----- Tendo em conta que aquele equipamento encerra às 20h00, é necessário acautelar o seu fecho às 22h00, tendo para o efeito aquela corporação se disponibilizado para o assegurar. -----

----- Atendendo ao pedido de isenção do pagamento da taxa de utilização efetuado, informa-se ainda que esta taxa está fixada em 5 euros/hora, de acordo com o nº 1 do artigo 18º do referido Regulamento, e que a sua isenção poderá ser concedida pela Câmara Municipal, nos termos do artigo 20º do mesmo Regulamento. -----

----- Em anexo, junta-se o Mapa de Ocupação do Pavilhão Municipal para o período pretendido, fixando-se o valor global da taxa da sua utilização em 480,00 €. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7.2 – GABINETE DE AÇÃO SOCIAL



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

7.2.1 – Proposta para Continuidade do Apoio à Natalidade “A Minha Primeira Ajuda”.

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- “ No seguimento do apoio que este Município tem dado a todas as crianças nascidas neste Concelho desde o ano de 2008 e tendo em conta a aprovação anual da continuidade do referido apoio, venho por este meio propor a sua continuidade para o ano de 2018, renovando assim as Normas de Apoio à Natalidade, com aplicação entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018.” -----

----- Mais se propõe que se proceda à elaboração de proposta de regulamento para esta medida de apoio. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

III PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- A Câmara Municipal, concedeu uma hora de período aberto ao público, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Esgotado que foi o tempo e não tendo aparecido nenhum munícipe, o Sr. Vice-Presidente deu por terminado o período aberto ao público. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a reunião, quando eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelo Sr. Vice-Presidente, Jorge Alves Custódio, e por mim Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a redigi e subscrevi. -----




